



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

ALEX VIEIRA DA SILVA

EVA PAULIANA DA SILVA GOMES

GIVANILDO DA SILVA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

RESUMO

O presente artigo pretende discutir os princípios da gestão democrática no contexto educacional, visando perceber as contribuições que esses ofertam para um trabalho participativo com possibilidades de mudanças no cenário escolar. O texto é fragmento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual buscamos discutir a participação dos pais na escola, destacando como estes podem contribuir no andamento da instituição, bem como na participação das tomadas de decisões. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com aporte teórico de estudiosos da educação e gestão escolar, destacando-se: Dalberio (2009), Libâneo (2012), Paro (2001), entre outros. Como resultados apontamos que a gestão democrática é uma concepção de gestão escolar que possibilita a participação dos diversos segmentos nos processos de decisão escolar, assim como articula todos os profissionais para a responsabilização da educação pública de qualidade. No entanto, a vivência dos princípios dessa concepção de gestão é necessária para a concretização de seus objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática. Participação. Autonomia. Descentralização do poder.

RESUMEN

Este artículo aborda los principios de la gestión democrática en el contexto educativo, a fin de realizar los aportes que éstos ofrezcan para un trabajo participativo con la posibilidad de cambios en el entorno escolar. El texto es un fragmento de la Conclusión del Curso de Trabajo (CCT), en el que se discute la implicación de los padres en la escuela, poniendo de relieve cómo pueden contribuir al progreso de la institución, así como la participación en la toma de decisiones. La metodología utilizada en esta investigación bibliográfica, con el apoyo teórico de los estudiosos de la educación y la gestión de las escuelas, destacando: Dalberio (2009), Libâneo (2012), Paro (2001), entre otros. Los resultados señalan que la gestión democrática es un diseño de gestión escolar que permita la participación de los distintos segmentos en los procesos de toma de decisiones de la escuela, así como articula todos los profesionales de la rendición de cuentas de la calidad de la educación pública. Sin embargo, la experiencia de los principios de la gestión del diseño es necesario para el logro de sus objetivos.

PALABRAS CLAVE: Gestión democrática. Participación. Autonomía. La descentralización del poder.

INTRODUÇÃO

O presente texto foi elaborado na perspectiva de apresentar os princípios da gestão democrática no âmbito educacional e sua importância para a efetiva vivência da participação de todos os envolvidos nos processos decisórios da unidade educativa. Para melhor compreensão dos mecanismos que norteiam a gestão democrática o trabalho tem como referências teóricas Dalberio (2009), Libâneo (2012), Paro (2001), entre outros.

É necessário destacar que o texto é fragmento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual buscamos discutir a participação dos pais na escola, destacando como estes podem contribuir no andamento da instituição, bem como na participação das tomadas de decisões. Porém, neste fragmento abordaremos os princípios da gestão democrática no espaço escolar e qual sua relevância para a comunidade escolar e escolar.

A gestão democrática na atualidade é um tema que vem sendo discutido por vários estudiosos da educação, principalmente no âmbito da participação e da vivências dos princípios que concretizam essa concepção de gestão escolar. Ela está baseada na Constituição Federal (1988), como também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96). Ambas ressaltam que a gestão democrática deve envolver a participação de todos nos processos decisórios da instituição visando assim, a formação de cidadãos conscientes de seu papel na transformação da sociedade, sobretudo da educação.

A participação, a autonomia e a descentralização do poder no cenário educativo

A gestão democrática é um mecanismo significativo para a efetivação de um ensino público de qualidade. Para isso, se faz necessário que a gestão da escola pública leve em consideração os princípios dessa gestão como instrumentos pertinentes para a vivência de uma democracia que, de fato, envolve todos os sujeitos inseridos na escola, bem como a comunidade a qual ela faz parte participando dos processos decisórios da instituição educativa.

A organização educativa deve estar pautada na participação da comunidade escolar e local, contribuindo na qualidade do processo ensino-aprendizagem em busca de uma educação comprometida com a cidadania dos sujeitos. A participação envolve todos os funcionários da escola, pessoal técnico-administrativo, pessoal da limpeza, vigia, merendeiras, diretores, coordenadores, professores, alunos, pais e responsáveis, bem como outras pessoas da comunidade interessadas no andamento da instituição educativa.

Como enfatiza Dalberio (2009, p.107):

O modelo de educação dentro de uma perspectiva democrática, antidiscriminatória, pela qual se vivencia uma gestão participativa, comprometida com a construção de uma escola pública popular de qualidade, busca formar alunos livres e conscientes e que conseguem fazer uma aproximação crítica entre a escola e a vida [...].

Como destaca Dalberio (2009), a gestão numa perspectiva democrática, participativa é aquela que estar comprometida com a educação dos alunos numa visão emancipatória, visando a formação de sujeitos críticos e conscientes capazes de transformar a realidade a qual estão inseridos.

A educação emancipatória está respaldada numa educação voltada para a autonomia do sujeito, ou seja, um ensino crítico comprometido com a mudança social em que o indivíduo se torna capaz de refletir sobre a realidade em que vive e busca transformá-la. Desse modo, todos devem estar presentes para poder organizar, planejar e refletir a realidade em que vivem e discutir sobre qual sujeito querem formar.

A escola que tem propostas com perspectivas emancipatórias possibilita aos atores envolvidos compreender e questionar sua realidade, assim como refletir caminhos para possíveis mudanças. Uma educação emancipatória direciona os educandos para serem ativos e formuladores de novos rumos para a própria instituição e os demais locais que eles habitam.

Dessa forma, a participação se torna um aspecto propício na organização escolar, pois estabelece uma relação de diálogo permitindo a todos os envolvidos da unidade educativa participar do funcionamento da escola, buscando uma prática educativa coerente para a realização de uma educação pública de qualidade.

Nesse sentido, destacamos os princípios fundamentais para que haja uma gestão democrática no interior da escola, que são a participação, a autonomia e a descentralização do poder. Estes princípios favorecem uma educação voltada para a democracia dos sujeitos, visto que, a “democracia é entendida como mediação para a realização da liberdade em sociedade e que a participação dos usuários na gestão da escola inscreve-se, inicialmente, como um instrumento a que a população deve ter acesso para exercer seu direito de cidadania” (PARO, 2001, p.97).

A gestão democrática envolve todos os atores sociais nos processos de tomadas de decisão da escola para que estes participem ativamente do processo de planejamento, da elaboração do projeto político pedagógico, das ações que serão realizadas, dando opiniões, fazendo esclarecimentos, refletindo e buscando soluções para os problemas vivenciados no âmbito escolar. Para isso, a escola deve estar aberta para acolher todos os sujeitos interessados na contribuição de uma educação pública de qualidade e na formação de cidadãos capazes de atuarem de forma significativa na sociedade em que vivem.

Contribuindo com essa discussão, Libâneo (2012, p.469) afirma que:

A gestão democrático-participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo e aposta na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, do consenso.

Libâneo (2012) destaca a importância da comunidade escolar estar presente nos processos de tomada de decisão da escola, decidindo sobre qual rumo esta deve tomar para melhorar o seu funcionamento em busca de uma educação voltada para a aprendizagem dos alunos e para a participação da comunidade em seu entorno. Destaca também o trabalho interativo que deve haver entre os professores, uma vez que estes saibam que estejam trabalhando em prol dos alunos e não de si mesmo, buscando partilhar suas experiências. A participação também possibilita na construção coletivamente dos objetivos da escola em busca de um funcionamento eficaz, através da discussão e do diálogo realizado por todos. Assim, para se ter uma gestão democrática é necessário que haja um envolvimento de todos os segmentos da escola no processo de tomadas de decisões, bem como no andamento da organização escolar (LIBÂNEO, 2012).

A gestão democrática é um meio pelo qual as pessoas da comunidade escolar e local participam de suas ações no intuito de colaborar na prática educativa. Entretanto, esta colaboração não acontece pelo simples fato de estar na escola, participando das reuniões apenas para ouvir e acatar o que foi determinado. Pelo contrário, esta colaboração deve partir das discussões em que todos participam ouvindo e contribuindo para melhorar o funcionamento da instituição educativa.

Nessa perspectiva, Souza (2009, p.3) ressalta que:

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Desse modo, podemos inferir que a participação da comunidade só se torna possível quando a escola abre as portas para os sujeitos atuarem de forma significativa, a qual todos os segmentos da escola - professores, alunos, pais e funcionários – têm o poder de identificar os problemas, discutir sobre eles, analisar, acompanhar os processos da ação educativa, participando da construção dos objetivos almejados pela escola no que diz respeito à melhoria da educação, bem como os caminhos que norteiam uma prática democrática. Dessa forma, é necessário abrir espaço para o diálogo levando em consideração os sujeitos que se fazem presentes, suas especificidades, respeitando o que cada um apresenta para o funcionamento da escola (SOUZA, 2009).

A participação dos diferentes segmentos no contexto escolar não pode acontecer de forma hierárquica, em que acatam as decisões que são tomadas pelos órgãos superiores, mas uma forma de levar todos a pensarem em meios para solucionar os problemas de um modo inovador e criativo (LIBÂNEO, 2012). Dessa forma, é importante que a instituição escolar promova momentos de encontros entre todos os seus segmentos para poderem discutir as possíveis decisões que serão tomadas em benefício de conseguirem com êxito uma educação voltada para a cidadania.

A educação para a cidadania está respaldada no conhecimento e cumprimento dos direitos e deveres do cidadão. Esta educação favorece o crescimento de sujeitos atuantes na sociedade de forma significativa, ou seja, sujeitos capazes de lutar, reivindicar por seus direitos, bem como cumprir os deveres que lhes são atribuídos. Dessa forma, cabe à escola

contribuir, discutindo e realizando ações para essa formação, desenvolvendo nos alunos uma compreensão de mundo social e que este é capaz de transformá-lo. Nesse contexto, a escola estará contribuindo para a formação de um indivíduo crítico/reflexivo. Porém, é relevante destacar que “embora direito fundamental, a cidadania precisa ser conquistada; não é dada, resulta de um agir conjunto, é uma construção coletiva” (FILHO, 1998).

É fundamental que a discussão e a prática da participação estejam inseridas, também, no espaço da sala de aula, pois não adianta democratizar a administração escolar se não houver uma democratização da sala de aula. A sala de aula é um espaço propício para a discussão da democracia, pois professores e alunos podem dialogar a respeito de práticas antidemocráticas corriqueiras da sociedade e, sobretudo, da escola e do ambiente a qual estão inseridos.

Bastos (2005, p.25) destaca que “enquanto a democracia não chegar ao trabalho de sala de aula, a escola não pode ser considerada democrática. A sala de aula não é só lugar do conteúdo, é também o lugar da disputa pelo saber, é o lugar da construção da subjetividade, é o lugar da educação política”. Nessa perspectiva, percebemos que a função da escola não é apenas transmitir os conteúdos de forma sistematizada, mas sim discutir com seus alunos sobre os processos democráticos que os levam para um exercício da cidadania no espaço em que habita.

As práticas do professor vivenciadas na sala de aula não podem estar voltadas para a prática do autoritarismo, em que só ele é o transmissor dos conhecimentos e que dá as ordens e os alunos obedecem. O espaço da sala de aula deve ser um espaço aberto para as discussões, reflexões e tomadas de atitudes democráticas tanto do professor quanto do aluno. Assim,

O professor deve instigar os alunos para a importância da participação no meio social, na escola, na igreja, bem como em outras instituições, identificando problemas, questionando, organizando e reivindicando seus direitos. Esta vivência possibilitará o sujeito a crescer com outra visão da sociedade em que faz parte e que é capaz de transformá-la com suas ações de cidadania apreendidas no cotidiano.

Refletindo sobre esta indagação, Souza e Corrêa (2002, p.48) acrescentam:

A escola precisa compreender que sua função extrapola a mera transmissão do conhecimento sistematizado, à medida que precisa conceber, organizar e avaliar o trabalho que produz, potencializando o senso crítico dos sujeitos que a compõem. Sob esse ângulo, os seus vários grupos precisam examinar as práticas que eles próprios desenvolvem, buscando compreender as possibilidades que o seu trabalho apresenta rumo à construção de uma escola verdadeiramente democrática.

Dessa forma, a escola, como instituição educadora, deve possibilitar vivências de práticas democráticas nas suas ações para poder oferecer um ensino de qualidade, buscando sempre organizar e avaliar seus trabalhos pedagógicos e administrativos de modo que estes estejam contribuindo para a formação de cidadãos autônomos e reflexivos. Assim sendo, a participação de todos os segmentos da escola é fundamental para a efetivação concreta dessa formação.

Partindo do princípio de que a gestão democrática está baseada na participação dos sujeitos em seus processos de tomada de decisões, é relevante destacar que essa participação seja significativa, ou seja, que os sujeitos participem ativamente decidindo nas questões fundantes para a construção da democracia na escola. Isso só será possível, se todos, professores, alunos, pais e funcionários da escola, dialogarem e entrarem num consenso das responsabilidades assumidas por cada grupo.

Nessa perspectiva, Libâneo (2012, p.454) destaca que:

A participação, o diálogo, a discussão coletiva, a autonomia são práticas da gestão democrática, mas o exercício da democracia não significa ausência de responsabilidades. Uma vez tomadas as decisões coletivamente, participativamente, é preciso pô-las em prática. Para isso, deve estar bem coordenada e controlada.

Para a vivência da gestão democrática, é necessário que haja uma participação de todos os envolvidos, realizando uma discussão coletiva sobre o papel de cada um e assumindo as responsabilidades que lhes foram atribuídas e que contribuem para o sucesso e funcionamento da instituição. Para que o trabalho em conjunto, de fato, aconteça, é preciso que o gestor escolar acompanhe, coordene e colabore nas ações vivenciadas pelos grupos no propósito de realizar um trabalho significativo.

Desse modo, destacamos também a autonomia como princípio necessário para a efetivação de uma gestão democrática. A autonomia é um mecanismo muito importante para a gestão participativa no âmbito escolar, pois ela possibilita às escolas decidirem os rumos que devem tomar para alcançar os objetivos propostos na realização de um processo democrático que visa a participação de todos os envolvidos na tomada de decisões.

Partindo do pressuposto de que a autonomia é um mecanismo que deve fazer parte da gestão democrática, consideramos que os sujeitos inseridos na escola, bem como a comunidade local devem ser pessoas capazes de tomar decisões que contribuam para o andamento da instituição, pois “o conceito de participação fundamenta-se no princípio

da autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida” (LIBÂNEO, 2012, p.451).

É relevante destacar que, quando uma instituição tem o poder de decisão sobre os caminhos que deve tomar para oferecer uma educação de qualidade para os seus alunos, bem como acredita que essa educação favorece uma aprendizagem significativa, esta escola é uma instituição autônoma que luta em busca de seus objetivos, se organiza da melhor forma possível para atender a população e que permanece relativamente independente do poder central e sabe como usar os recursos que chegam na escola por meio dos programas governamentais (LIBÂNEO, 2012).

Neste sentido, enfatizamos que é necessário que haja autonomia nos sujeitos que estão inseridos no ambiente escolar para poder contribuir de forma significativa nas ações que a escola realiza, buscando a melhoria do ensino e da organização do ambiente voltado para a participação de todos os segmentos da escola a fim de alcançar os objetivos comuns. Dessa forma, a escola se torna um ambiente formador, articulador em que os sujeitos são capazes de decidir sobre o andamento da instituição.

Contribuindo com essa ideia, Dalberio (2009, p.81) enfatiza que:

Outro aspecto fundamental para a verdadeira cidadania e para a democracia na escola é a tão proclamada *autonomia*. Esta, tal como concebe o campo democrático popular, objetiva contribuir com a capacitação da sociedade civil para gerir políticas públicas, avaliar e fiscalizar os serviços prestados à população para tornar público o caráter privado do Estado.

A escola tem um papel significativo na formação dos cidadãos, pois ela tem a missão de formar sujeitos autônomos e competentes capazes de lutar por seus direitos, instruindo as pessoas para a criação de políticas públicas que favoreçam a democracia e o ensino de qualidade. Assim, os sujeitos autônomos, pais, mães, funcionários e professores têm a capacidade de avaliar e fiscalizar os serviços que estão sendo oferecidos para os alunos e reivindicar melhorias no ensino perante o Estado.

Com a formação de sujeitos autônomos, a escola está contribuindo para uma sociedade que luta por seus direitos, que reivindica por melhores condições de trabalho e que está preocupada com a formação de cidadãos que lutam por uma educação mais justa e igualitária. Entretanto, a figura do gestor escolar é muito importante para que essa formação aconteça na instituição, pois este deve ter um olhar voltado para a formação política e cidadã dos alunos que frequentam a escola.

O gestor escolar tem um papel fundamental que por meio de sua prática caracteriza a concepção de gestão escolar vivenciada no contexto educacional. Por sua vez, este deve saber coordenar o trabalho pedagógico e administrativo de modo que todos os segmentos participem da gestão da escola, assumindo suas responsabilidades, cumprindo com seus papéis e articulando uma gestão democrática.

Contribuindo com essa discussão, Paro (2001, p.57) salienta que:

A descentralização do poder se dá na medida em que possibilita cada vez mais aos destinatários do serviço público sua participação efetiva, por si ou por seus representantes, nas tomadas de decisão. Para que isso aconteça, no caso do ensino público, não basta a desconcentração das atividades e procedimentos de cunho meramente executivo, como vem acontecendo. É necessário que a escola seja detentora de um mínimo de poder de decisão que possa ser compartilhado com seus usuários com a finalidade de servi-los de maneira efetiva.

A descentralização do poder é outro mecanismo necessário para o processo de gestão democrática. Com isso, o gestor escolar não será a única pessoa capaz de decidir, opinar, avaliar e fiscalizar os serviços que estão sendo oferecidos. Com a descentralização do poder, toda a comunidade escolar e local fica responsável por questionar, discutir, opinar e decidir os melhores caminhos que a escola deve seguir, ou seja, o processo de decisão dar-se-á coletivamente, por meio da discussão dos membros de todos os segmentos numa relação de colaboração.

Diante disso, o poder do gestor de tomar as decisões na escola é transferido para todos os sujeitos que estão inseridos no cotidiano escolar, visando uma maior participação dos segmentos no processo de tomada de decisões na qual procuram vivenciar práticas eficazes para aprimorar o trabalho pedagógico e administrativo da escola. Sendo assim, todos se tornam capazes de discutir, analisar e avaliar o trabalho da instituição. Dessa forma, “a comunicação entre a equipe escolar, os pais, os estudantes e seus familiares é uma das estratégias usadas para estabelecer uma prática escolar participativa. A partir de uma visão comum, as pessoas definem objetivos, metas, caminhos teóricos e práticos a serem seguidos” (BERALDO; PELOSO, 2007, p.5).

Para que haja, de fato, uma gestão participativa é necessário que a autonomia e a descentralização do poder estejam presentes nas ações da escola, pois sem elas não é possível vivenciar uma gestão voltada para a democracia dos cidadãos. Sobre este aspecto, Beraldo e Peloso (2007, p.3) destacam que:

A descentralização e a autonomia poderão liderar a iniciativa criadora da escola, permitir que ela se insira mais

harmoniosamente no contexto sócio-cultural da comunidade e reduzir os controles burocráticos inúteis que a fazem perder tempo. Para isso, é imprescindível que o poder descentralizado seja respeitado pelas autoridades dos níveis superiores.

A burocratização existente na escola é um aspecto que, muitas vezes, atrapalha o processo de democratização do ensino, uma vez que os atores envolvidos no cenário escolar acabam se preocupando de uma forma exagerada nesses documentos que o ensino voltado para a cidadania fica esquecido. Por sua vez, entendemos que a burocratização é necessária para o funcionamento da escola, por se tratar da vida acadêmica do aluno. Porém, a burocratização não pode tomar o espaço do ensino/aprendizagem na escola.

A autonomia possibilita às escolas um trabalho significativo que corresponde ao processo de tomar as decisões necessárias para que o trabalho educativo seja favorecido para todos de uma forma em que as relações autoritárias presentes na educação tradicional se tornem em relações de respeito às diferenças, às subjetividades de cada um, buscando inovar suas práticas cotidianas.

Sobre o assunto, Beraldo e Peloso (2007, p.3) ressaltam que:

Através da autonomia, criam-se novas relações sociais opostas às relações autoritárias pré-existentes. A autonomia nega a uniformização e celebra a diferença, valorizando a originalidade e o novo, também buscando o intercâmbio com outras experiências sociais.

Nessa perspectiva, a escola deve estabelecer um diálogo constante com todos os segmentos da escola, na tentativa de descentralizar suas ações valorizando a participação e a formação de sujeitos autônomos. Esta autonomia deve prevalecer em todos os aspectos na escola, de modo que busquem melhorar a instituição visando uma educação pública de qualidade. Desse modo, deve dar espaço para a comunidade escolar e local participarem da gestão da escola. Assim, “a descentralização e autonomia das escolas abrem espaço para participação e democratização do sistema público de ensino. Estas formas práticas de formação para cidadania se dão de modo privilegiado na participação, no processo de tomada de decisão dentro do colegiado da escola” (BERALDO; PELOSO, 2007, p.4).

Para que se estabeleça uma gestão democrática, é necessário que a escola se faça presente nas questões pertinentes a este processo. A comunicação é um dos caminhos que perpassa pela gestão democrática, pois proporciona a todos os segmentos se engajarem no que diz respeito à melhoria da escola e, sobretudo, da educação. Quando a comunicação se faz presente entre todos os envolvidos, os rumos da escola são trilhados por caminhos necessários para a vivência de uma gestão escolar participativa.

A comunicação entre a equipe escolar, os pais, os estudantes e seus familiares é uma das estratégias usadas para estabelecer uma prática escolar participativa. A partir de uma visão comum, as pessoas definem objetivos, metas, caminhos teóricos e práticos a serem seguidos (BERALDO; PELOSO, 2007, P.5).

Os princípios da gestão democrática – participação, autonomia e descentralização do poder – estão interligados e são mecanismos necessários para a vivência de uma democratização da educação voltada para a formação de sujeitos autônomos, críticos e reflexivos capazes de atuarem no ambiente em que vivem contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, o diálogo e a participação influenciam para o envolvimento de todos em busca de uma causa em comum, assumindo responsabilidades com as mudanças e comprometendo-se com os sujeitos inseridos na escola, bem como com o futuro desta (DALBERIO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, podemos compreender que os princípios que norteiam a gestão democrática são ações significativas para o andamento e vivência de uma gestão que valoriza a participação de todos nas tomadas de decisões. Assim, todos os envolvidos têm direito de vez e voz na escola, discutindo, opinando e decidindo na perspectiva de contribuir para o processo ensino-aprendizagem e da organização pedagógica e administrativa da escola.

A participação da comunidade escolar e local na instituição educativa depende da concepção que o gestor educacional tem de educação e dos princípios defendidos no projeto político-pedagógico. O planejamento coletivo das ações desenvolvidas pela escola também necessita de uma interação entre os atores envolvidos para a vivência de uma gestão democrática e participativa. Essas práticas possibilitam que todos tenham o direito de opinar, decidir e avaliar sobre suas ações buscando a melhoria da educação.

Dessa forma, é pertinente destacarmos que a formação do gestor irá contribuir para que ele desenvolva na unidade

educativa ações que desenvolvam o trabalho administrativo e pedagógico com êxito em um planejamento participativo. Cabe ressaltar que estas ações estão relacionadas desde as mais simples às mais complexas. Mas, o importante é que o gestor desenvolva ações de cidadania.

Nessa perspectiva, a gestão democrática estará se efetivando e proporcionando novas possibilidades de participação, assim como oferecendo oportunidades das pessoas se sentirem comprometidas com as práticas escolares. A participação da comunidade local na escola é um dos mecanismos necessários para a concretização de uma escola participativa e com atuação de diferentes segmentos no contexto escolar, por meio da ação pedagógica, administrativa e financeira.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, João Baptista (org). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005.
- BERALDO, Fernando; PELOZO, Rita de Cássia Borgetti. **A gestão participativa na escola pública**: Tendências e perspectivas. Revista científica eletrônica de Pedagogia. Ano V – Número 10 – Julho de 2007
- DALBERIO, Maria Célia Borges. O compromisso ético na prática escolar e a força da comunidade para a educação emancipadora. In: **Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade**. São Paulo, Paulus, 2009.
- FILHO, J. C.P . **A gestão democrática da educação**. Disponível em: < http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/37/3/D03_AGestao%20Democratica%20Ed.-Palma.pdf> . Acesso em 12 de abr. de 2014.
- LIBÂNEO, José Carlos. et al. **O sistema de organização e de gestão da escola**: teoria e prática. In: Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
- PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- SOUSA, José vieira de. CORRÊA, Juliane. **Projeto pedagógico**: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140. dez. 2009

[1] Graduando do Curso de Pedagogia vinculado ao Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). alexpedufal@gmail.com

[1] Mestranda em Educação Brasileira vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (CNPq/ UFAL). evinha_gomes88@hotmail.com

[1] Mestrando em Educação Brasileira vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (CNPq/ UFAL). givanildopedufal@gmail.com

Recebido em: 29/04/2015

Aprovado em: 10/05/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Chartort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: